



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA

ELETRÔNICO:

PROCESSO Nº:

INTERESSADO:

SUSEP/ERSDF Nº 8/2018

15414.603855/2018-30

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SUSEP NO DISTRITO
FEDERAL

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança para o Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF, localizado no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco K, 13º andar, Brasília/DF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ANUAL
1	Serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança – Código SIASG 1482-6	R\$ 4.440,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços a serem contratados são relevantes para o ERSDF, em razão da necessidade de prover segurança às instalações, bens e documentos pertencentes a este Escritório, além de proporcionar maior segurança ao corpo funcional da Susep.

2.2. O ERSDF não dispõe, em seu quadro funcional, de servidores para exercício dessas funções. Sendo assim, faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação deste serviço.

2.3. Vale ressaltar, também, que a contratação do serviço pretendida, por meio de locação dos equipamentos, mostra-se mais interessante que a aquisição desses, pois a organização transfere para a empresa terceirizada não só a responsabilidade pela aquisição dos equipamentos, mas também todas as despesas decorrentes, como instalação, manutenção, além do monitoramento em si, tornando esta alternativa muito mais atrativa e prestigiando o princípio da economicidade.

2.4. O serviço tem caráter contínuo e deverá ser prestado ininterruptamente, 24 horas por dia.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço em questão enquadra-se na categoria de bens comuns de que tratam a Lei nº

10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O sistema eletrônico de segurança a ser instalado no imóvel citado será composto de sistema de alarme novo com monitoramento 24 horas, estando inclusos os seguintes itens

a) 1 (uma) central inteligente com discagem embutida, permitindo a ligação para a central de monitoramento 24 horas, em caso de disparo de alarme;

b) 1 (um) teclado para ativar e desativar o Sistema e que permita a utilização de no mínimo 15 senhas;

c) 2 (dois) sensores de presença, distribuídos de forma a detectar a presença e/ou violação de qualquer ambiente do imóvel, através de portas ou janelas;

d) 2 (duas) sirenes que disparam no momento em que qualquer dos sensores detectar a presença e/ou violação do Sistema;

e) 2 (dois) botões de pânico fixos;

f) 1 (um) botão de pânico móvel;

g) 1 (uma) bateria selada, para falta ocasional de energia;

h) 1 (um) transmissor;

i) 1 (um) receptor;

j) cabeamento para interligar os equipamentos e

k) bateria para o botão de pânico móvel.

4.2. Em linhas gerais, o monitoramento 24 horas por dia do sistema de alarme funcionará da seguinte forma:

4.2.1. Sempre que soar o alarme, o Sistema Eletrônico de Segurança deverá proceder à ligação para a Central da contratada informando o ocorrido. A Central da contratada deverá, imediatamente, entrar em contato telefônico com a Susep/DF. Caso não consiga o contato telefônico, a Central da Contratada deverá fazer contato telefônico com as pessoas descritas na Ficha de Monitoramento, que deverá ser preenchida quando da instalação do alarme;

4.2.2. Sendo necessário, a contratada deverá enviar viatura ao local, conduzida por pessoal treinado, para as averiguações. Caso seja detectada violação do imóvel ou presença de pessoas suspeitas, a autoridade policial deverá ser imediatamente comunicada;

4.2.2.1. A Contratada não poderá deixar o local monitorado enquanto não comunicar

diretamente ao responsável da Contratante pelo local monitorado que a situação se encontra normalizada e este proceder à liberação.

4.2.3. Em caso de falha na linha Telefônica, a Central da contratada, por meio de testes identificará e informará o problema à contratante. Neste caso, a solução deverá ser providenciada no prazo de 24 horas.

4.3. Os custos de instalação dos equipamentos descritos no item 4.1. deverão ser incorporados nos custos mensais, na proporção de um doze avos ao mês.

4.4. A empresa contratada deverá prestar a manutenção necessária para o perfeito funcionamento do sistema, sem custos adicionais à contratante.

4.5. As despesas decorrentes de substituição de baterias e pilhas são de responsabilidade da empresa contratada.

4.6. Todos os equipamentos utilizados no projeto de segurança deverão ser novos e fornecidos a este órgão por meio de contrato de comodato ou locação, com os custos totais diluídos nas mensalidades.

4.7. A contratada encaminhará à contratante, em até 2 (dois) dias úteis do mês subsequente, relatório contendo todas as ocorrências e eventos gerados no período, informando, detalhadamente, o horário ativado/desativado e/ou violado, com identificação do usuário da senha utilizada.

4.8. A Contratada deverá promover demonstração das funcionalidades do sistema para as pessoas designadas pelo FISCAL, quanto à forma de acionamento do sistema de alarme e botão antipânico.

4.8.1. A Contratada deverá esclarecer, por escrito, o protocolo de atendimento quando do acionamento do alarme e do botão antipânico.

4.9. O horário de funcionamento do ERSDF é de segunda a sexta, das 7:00 às 20:00 horas. O serviço, porém, terá que funcionar de forma ininterrupta.

5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

5.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	Quantidade Mensal Estimada
1	Serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança.	Serviço	1

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. A avaliação da execução dos serviços deverá ser realizada com base nos parâmetros mínimos estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) especificado no Anexo II e nas demais condições estabelecidas neste TR, de forma a garantir o cumprimento de todas as disposições contratadas e satisfazer às necessidades de transporte da

CONTRATANTE com a qualidade e tempestividade adequadas, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação porventura estabelecidos pelas partes.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação pretendida é para a prestação de serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico novo de segurança. O serviço deverá ser prestado ininterruptamente, 24 horas por dia.

7.2. O serviço a ser contratado é de caráter contínuo, conforme previsto na IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços prestados. Vale ressaltar que a duração inicial do contrato será de 12 meses, porém, a necessidade do serviço é por mais de um exercício financeiro e continuamente.

7.3. O serviço em questão enquadra-se na categoria de bens comuns de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

7.4. Para a prestação dos serviços, deverão ser atendidos, no mínimo, os critérios e práticas de sustentabilidade descritos abaixo:

7.4.1. Todos os materiais a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

7.4.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

7.4.3. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

7.4.4. Devem ser usados produtos e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

7.4.5. A contratada deverá, no que couber, fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

7.4.6. A empresa deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e substituição por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

7.5. Os serviços decorrentes da manutenção corretiva do sistema de segurança, consiste no conserto de defeito ou falha, bem como em ajustes no funcionamento nos componentes do sistema e dos alarmes;

7.6. O serviço de manutenção corretiva deve considerar todo o material e mão de obra necessários para troca de peças e equipamentos, bem como para eventuais retiradas ou reposicionamento dos sensores de alarme;

7.7. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos em forros, divisórias, paredes e piso, incluindo a reposição de gesso, pintura e outros acabamentos, utilizando para tal, material similar em qualidade e características técnicas existentes;

7.8. Para fins de habilitação a empresa deverá estar devidamente registrada e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF. Será feita consulta “on-line” no SICAF, após a análise e julgamento da Proposta.

7.9. A empresa deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, emitido por Órgãos da Administração Direta ou Indireta e/ou Empresa Privada, no qual comprove a execução de serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta contratação.

7.10. A fim de subsidiar a presente contratação, foram feitos estudos consolidados no Estudos Preliminares, conforme Anexo III deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A fiscalização dos serviços será exercida pela SUSEP, através de servidor do Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada.

8.2. A Contratada se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da SUSEP quanto à execução dos serviços, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados, preferencialmente, por e-mail, podendo a comunicação se dar, ainda, por telefone ou carta;

8.3. As irregularidades detectadas pela fiscalização da SUSEP serão imediatamente comunicadas à Contratada, para correção ou adequação e registradas pela Administração.

8.4. Durante a vigência do contrato a Contratante adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), observando os parâmetros estabelecidos na IN SLTI/MPDG nº 05/2017.

8.5. O IMR contemplará 01 (um) indicador e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhadas pela fiscalização do contrato:

8.5.1. Indicador 01 – Qualidade na prestação do serviço de segurança eletrônica, conforme especificações previstas no Termo de Referência.

8.6. O Indicador proposto implica em variáveis que estão sob controle da Contratante e permitem a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

8.7. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da Contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle e check-list dos serviços, conforme modelos constantes no ANEXO II.

8.8. O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao Preposto até o 5º dia útil subsequente, para que a Contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

8.9. Os pagamentos por parte da Contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) estabelecido.

8.10. Antes do pagamento da fatura referente aos serviços prestados no mês anterior, será verificado, “on-line”, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, se a Contratada continua mantendo todas as condições nas quais o contrato foi assinado;

8.11. No caso do descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, a empresa estará sujeita à aplicação de penalidades, conforme disposto no item 15 deste Termo de Referência.

9. VISTORIA

9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3105-4400, podendo sua realização ser comprovada por:

9.1.1 Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme **ANEXO IV** deste Termo de Referência ou;

9.1.2. Caso opte por não realizá-la, declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

9.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato, na forma que se segue:

10.1.1. a instalação do sistema de segurança eletrônico deverá ser feito em até 5 dias, após a assinatura do contrato.

10.1.2. o serviço de monitoramento deverá entrar em funcionamento em até 24 horas após a instalação do sistema de segurança eletrônico.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

12.15.1. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório em Brasília/DF, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

12.16. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE, encaminhadas por intermédio da Central de Segurança ou da fiscalização, enviando para o CONTRATANTE uma equipe técnica no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para as intervenções técnicas de manutenção corretiva que se fizerem necessárias;

12.17. Realizar, sempre que necessário ou for solicitado pela fiscalização, teste nos equipamentos com vistas a sanar deficiências ou ajustar o ponto de operação;

12.18. Encaminhar à contratante, em até 2 (dois) dias úteis do mês subsequente, relatório contendo todas as ocorrências e eventos gerados no período, informando, detalhadamente, o horário ativado/desativado e/ou violado, com identificação do usuário da senha utilizada.

12.19. Informar à CONTRATANTE o número do telefone de plantonista 24h ou celular para contatos em casos de urgência, principalmente para atender a emergências noturnas, em fins de semana ou feriados, se a situação o exigir.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

15.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.5.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste

Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. Os serviços serão recebidos mensalmente pelo fiscal do contrato, até o 5º dia útil do mês subsequente, após a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

16.2. Após o recebimento dos serviços, o fiscal do Contrato emitirá Termo Circunstanciado e o enviará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.2.1. Caso ocorra o redimensionamento dos valores a serem pagos, a Contratada terá um prazo de 2 (dois) dias para apresentar suas justificativas que poderão ser aceitas ou não pela fiscalização.

16.2.2. As justificativas não aceitas sujeitarão a Contratada a descontos nos valores devidos pelo Contratante, conforme definido no IMR.

16.3. O recebimento dos serviços do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor

adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

17.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA GIMENEZ SOARES MARTINS** (MATRÍCULA 1511402), **Analista Técnico da Susep**, em 14/08/2018, às 16:28,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **PAULA SUZANA RIBEIRO DORNELLES (MATRÍCULA 1091621)**, **Coordenador**, em 14/08/2018, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0338610** e o código CRC **A90389ED**.

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

(papel timbrado da empresa)

1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

<i>Razão Social:</i>	
<i>CNPJ/MF:</i>	
<i>Endereço Comercial:</i>	
<i>Bairro:</i>	<i>Cidade:</i>
<i>Estado:</i>	<i>CEP:</i>
<i>Telefone:</i>	<i>Fax:</i>
<i>Endereço Eletrônico:</i>	
<i>Site:</i>	
<i>Dados Bancários (para emissão de nota de empenho):</i>	
<i>Representante Legal Qualificado:</i>	
<i>Identidade:</i>	<i>Órgão Expedidor:</i>

CPF:	Nacionalidade:	Estado Civil:
Qualificação profissional na empresa:		
Validade da Proposta: 60(sessenta) dias		

2 - PREÇOS E CONDIÇÕES

Item	Descrição	Valor Mensal do Serviço
1	Serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança	
VALOR ANUAL DA PROPOSTA (valor mensal x 12)		R\$

ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
01 – Adequação dos Serviços Prestados	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento adequado do serviço descrito neste Termo de Referência.
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados adequadamente à perspectiva da Contratante.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de checklist, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do

	resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Percentual de serviços adequadamente executados dentro do mês de referência (total de serviços adequadamente executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100
Início de Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura; 70% a 84% dos serviços = recebimento de 90% da fatura; 55% a 69% dos serviços = recebimento de 80% da fatura;
Sanção	Abaixo de 55% dos serviços - multa de até o limite de 10% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, pela inexecução parcial, conforme item 17.2.2.2. deste TR.

CHECKLIST – Serviços de Segurança Eletrônica			
Empresa:		Mês de Referência:	
SERVIÇOS A REALIZAR: Segurança Eletrônica		ADEQUAÇÃO – Expectativa da Contratante	
Item	Descrição	ADEQUADO	INADEQUADO
01	Comunicação em caso de disparo do alarme, imediatamente		
02	Envio de viatura para inspeção no local, caso necessário		
03	Comunicação imediata à autoridade policial, quando necessário		
04	Solução de problemas na comunicação da central dentro do prazo estabelecido		
05	Realização de novos cadastros, quando solicitado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas		

06	Apresentação de relatório mensal da utilização dos serviços em até 2 dias úteis do mês subsequente		
07	Correção de falhas, defeitos ou desconformidade com as especificações dentro do prazo estipulado pela Contratante		
	Obs. Todos os outros itens não selecionados para avaliação pelo Instrumento de Medição de Resultado e constantes do Termo de Referência serão fiscalizados integralmente, podendo ensejar as sanções previstas no item 17 do referido Termo.		

Planilha de Controle dos Serviços Adequados Executados

Mês de Referência: _____/Ano

Serviços - CheckList	Quantidade dos Itens a serem realizados adequadamente	Quantidade dos itens efetivamente adequados	% de adequação do serviço
(A)	(B)	(C)	(D)
Itens			
<p>(A) Todos os itens relevantes do serviço de transporte executivo a ser executado pela contratada mensalmente e de forma adequada à expectativa da Administração.</p> <p>(B) A quantidade dos itens a serem realizados adequadamente é o número de itens que serão avaliados pelo fiscal do contrato, conforme descrito no checklist deste anexo.</p> <p>(C) A quantidade dos itens efetivamente adequados é o número de itens considerados devidamente adequados à expectativa da Contratante, conforme checklist deste anexo.</p> <p>(D) A porcentagem do serviço será mensurada mediante o cálculo $(C/B) \times 100$, ou seja, a quantidade dos itens efetivamente adequados sobre a quantidade dos itens a serem realizados adequadamente, vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual de adequação do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.</p> <p>Obs. O levantamento dos itens executados dentro dos padrões e devidamente adequado à expectativa da Contratante será realizado pelo Fiscal do Contrato designado pela Contratante.</p>			

Assinatura e Carimbo – Fiscal do Contrato

ANEXO III - ESTUDOS PRELIMINARES

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação de serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança é essencial para o Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF, em razão da necessidade de prover segurança às instalações, bens e documentos pertencentes a este Escritório, além de proporcionar maior segurança ao corpo funcional da Susep.

1.2. Vale ressaltar o término da vigência do contrato nº 1939/2013, celebrado com a Digital Segurança Eletrônica Ltda - ME, cuja vigência completará 60 meses, em 01/09/2018, não podendo mais ser prorrogado.

2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1. Um dos objetivos do Planejamento Estratégico 2016-2020 da SUSEP, é “Assegurar o suporte de bens e serviços adequados às necessidades da Susep”.

2.2. Assim, a presente demanda está prevista no planejamento estratégico da Susep, e visa colaborar com a missão institucional da Autarquia.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação pretendida é para a prestação de serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico novo de segurança. O serviço deverá ser prestado ininterruptamente, 24 horas por dia.

3.2. O serviço a ser contratado é de caráter contínuo, conforme previsto na IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços prestados. Vale ressaltar que a duração inicial do contrato será de 12 meses, porém, a necessidade do serviço é por mais de um exercício financeiro e continuamente.

3.3. O serviço em questão enquadra-se na categoria de bens comuns de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

3.4. Para a prestação dos serviços, deverão ser atendidos, no mínimo, os critérios e práticas de sustentabilidade descritos abaixo:

3.4.1. Todos os materiais a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

3.4.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.4.3. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

3.4.4. Devem ser usados produtos e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

3.4.5. A contratada deverá, no que couber, fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

3.4.6. A empresa deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes e substituição por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

3.5. Os serviços decorrentes da manutenção corretiva do sistema de segurança, consiste no conserto de defeito ou falha, bem como em ajustes no funcionamento nos componentes do sistema e dos alarmes;

3.6. O serviço de manutenção corretiva deve considerar todo o material e mão de obra necessários para troca de peças e equipamentos, bem como para eventuais retiradas ou reposicionamento dos sensores de alarme;

3.7. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos em forros, divisórias, paredes e piso, incluindo a reposição de gesso, pintura e outros acabamentos, utilizando para tal, material similar em qualidade e características técnicas existentes;

3.8. Para fins de habilitação a empresa deverá estar devidamente registrada e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF. Será feita consulta “on-line” no SICAF, após a análise e julgamento da Proposta.

3.9. A empresa deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, emitido por Órgãos da Administração Direta ou Indireta e/ou Empresa Privada, no qual comprove a execução de serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta contratação.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

4.1. Para estimar o quantitativo para a contratação pretendida, consideramos a experiência com o contrato mantido para a prestação do serviço de segurança eletrônica (Contrato nº 1939/2013), cuja vigência encerrará em 01/09/2018.

Item	Descrição dos serviços	Unidade de Medida	Quantidade

1	Serviços de instalação, locação, manutenção e monitoramento de sistema eletrônico novo de segurança.	Serviço	1
---	--	---------	---

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Foram analisadas diversas contratações similares por outros órgãos e entidades, com o objetivo de identificar a existência de soluções mais modernas que melhor atendam às necessidades da Administração.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. Para se obter uma estimativa de preço, serão utilizados o Painel de Preços, outras contratações públicas similares e/ou pesquisa de preços junto aos fornecedores.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. O sistema eletrônico de segurança a ser instalado no imóvel citado será composto de sistema de alarme novo com monitoramento 24 horas, estando inclusos os seguintes itens

a) 1 (uma) central inteligente com discagem embutida, permitindo a ligação para a central de monitoramento 24 horas, em caso de disparo de alarme;

b) 1 (um) teclado para ativar e desativar o Sistema e que permita a utilização de no mínimo 15 senhas;

c) 2 (dois) sensores de presença, distribuídos de forma a detectar a presença e/ou violação de qualquer ambiente do imóvel, através de portas ou janelas;

d) 2 (duas) sirenes que disparam no momento em que qualquer dos sensores detectar a presença e/ou violação do Sistema;

e) 2 (dois) botões de pânico fixos;

f) 1 (um) botão de pânico móvel;

g) 1 (uma) bateria selada, para falta ocasional de energia;

h) 1 (um) transmissor;

i) 1 (um) receptor;

j) cabeamento para interligar os equipamentos e

k) bateria para o botão de pânico móvel.

7.2. Em linhas gerais, o monitoramento 24 horas por dia do sistema de alarme funcionará da seguinte forma:

7.2.1. Sempre que soar o alarme, o Sistema Eletrônico de Segurança deverá proceder à ligação para a Central da contratada informando o ocorrido. A Central da contratada deverá, imediatamente, entrar em contato telefônico com a Susep/DF. Caso não consiga o contato telefônico, a Central da Contratada deverá fazer contato telefônico com as pessoas descritas

na Ficha de Monitoramento, que deverá ser preenchida quando da instalação do alarme;

7.2.2. Sendo necessário, a contratada deverá enviar viatura ao local, conduzida por pessoal treinado, para as averiguações. Caso seja detectada violação do imóvel ou presença de pessoas suspeitas, a autoridade policial deverá ser imediatamente comunicada;

7.2.2.1. A Contratada não poderá deixar o local monitorado enquanto não comunicar diretamente ao responsável da Contratante pelo local monitorado que a situação se encontra normalizada e este proceder à liberação.

7.2.3. Em caso de falha na linha Telefônica, a Central da contratada, por meio de testes identificará e informará o problema ao contratante. Neste caso, a solução deverá ser providenciada no prazo de 24 horas.

7.2.4. Caso seja diagnosticada alguma falha, defeito ou desconformidade com as especificações, a Contratada deverá realizar as devidas correções no prazo estipulado pela Contratante.

7.3. Os custos de instalação dos equipamentos descritos no item 7.1. deverão ser incorporados nos custos mensais, na proporção de um doze avos ao mês.

7.4. A empresa contratada deverá prestar a manutenção necessária para o perfeito funcionamento do sistema, sem custos adicionais à contratante.

7.5. As despesas decorrentes de substituição de baterias e pilhas são de responsabilidade da empresa contratada.

7.6. Todos os equipamentos utilizados no projeto de segurança deverão ser novos e fornecidos a este órgão por meio de contrato de comodato ou locação, com os custos totais diluídos nas mensalidades.

7.7. A contratada encaminhará à contratante, em até 2 (dois) dias úteis do mês subsequente, mensalmente, relatório contendo todas as ocorrências e eventos gerados no período, informando, detalhadamente, o horário ativado/desativado e/ou violado, com identificação do usuário da senha utilizada.

7.8. A Contratada deverá promover demonstração das funcionalidades do sistema para as pessoas designadas pelo FISCAL, quanto à forma de acionamento do sistema de alarme e botão antipânico.

7.8.1. A Contratada deverá esclarecer, por escrito, o protocolo de atendimento quando do acionamento do alarme e do botão antipânico.

7.9. O horário de funcionamento do ERSDF é de segunda a sexta, das 7:00 às 20:00 horas. O serviço, porém, terá que funcionar de forma ininterrupta.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

8.1. Uma vez que a previsão é de contratação de apenas 1 (um) item e que seu objeto não é divisível, conforme descrito no item 4 deste documento, não haverá parcelamento da solução.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU

FINANCEIROS DISPONÍVEIS

9.1. A contratação do serviço pretendida, por meio de locação dos equipamentos, mostra-se mais interessante que a aquisição desses, pois a organização transfere para a empresa terceirizada não só a responsabilidade pela aquisição dos equipamentos, mas também todas as despesas decorrentes, como instalação, manutenção, além do monitoramento em si, tornando esta alternativa muito mais atrativa e prestigiando o princípio da economicidade.

9.2. Importante destacar, que a Administração Pública busca cada vez mais suprir suas necessidades por intermédio da contratação de serviços para a realização de determinadas atividades que fogem aos objetivos principais de suas ações. Nisto, ao invés de inchar sua estrutura, busca outras formas para atingir seus objetivos, no sentido de não prejudicar o desempenho na área em que se propôs a atuar. Desta forma, transfere a terceiros a realização de determinados serviços que não fazem parte de sua linha principal de atuação, possibilitando com isto focalizar suas atenções para o cumprimento de seus objetivos institucionais, em respeito, dentre outros, ao princípio da eficiência, previsto constitucionalmente. Objetiva, assim, a contratação de empresas legalmente constituídas, destinadas à realização desses serviços específicos, cuja interrupção compromete o andamento da máquina administrativa da Instituição, mormente em suas funções fiscalizatória e regulatória.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1. Na prestação dos serviços a serem contratados, deverá ser observado o seguinte cronograma:

10.1.1. Solicitar a retirada dos equipamentos que se encontram no Escritório pela empresa que atualmente presta os serviços.

10.1.2. Agendar a instalação dos novos equipamentos pela nova contratada.

10.1.3. Verificar se o equipamento disponibilizado atende às especificações estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.4. Cadastrar todos os usuários, por meio de senha individual, prestando todas as informações sobre o funcionamento da central.

10.1.5. Preenchimento da Ficha de Monitoramento com os dados dos servidores que deverão ser contatados nos casos em que o alarme for disparado e/ou não acionamento do alarme.

10.1.6. Os responsáveis pelos ajustes nesse cronograma serão: Natália Gimenez Soares Martins e Paula Suzana Ribeiro Dornelles

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1. Considerando que a contratação pretendida é amplamente conhecida por outros entes públicos, que está adequada orçamentária e financeiramente e que visa a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, declaramos que a contratação pretendida é viável.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____, representada por _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que no dia __ / __ /2018, realizou vistoria nas instalações da Susep/DF, localizada no SBS, Quadra 1, Bloco k, 13º andar, Edifício Seguradoras, em atendimento às exigências contidas no Item 9 do Termo de Referência ERSDF nº 01/2018, bem como tomou ciência das instalações onde os serviços serão executados obtendo todas as informações necessárias para elaboração da proposta relativa ao Edital de Pregão Eletrônico nº **/2018, não encontrando nenhum óbice à execução do objeto;

Brasília, ____/____/____

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa

Assinatura e Matrícula do Servidor da SUSEP/DF

Referência: Processo nº 15414.603855/2018-30

SEI nº 0338610